

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ... ESTADO DO...**

NOME DO CLIENTE, nacionalidade, estado civil, profissão, data de nascimento, inscrito sob o RG nº..., CPF nº..., residente e domiciliado no endereço na Rua..., bairro..., CEP..., Cidade-UF, endereço eletrônico, telefone celular/WhatsApp ..., vem respeitosamente, por meio de seu advogado (com procuração em anexo), inscrito sob o nº..., com endereço para receber intimações na Rua..., Cidade-UF, com base no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, perante a Vossa Excelência propor

AÇÃO DE COBRANÇA

em desfavor de **NOME DO DEVEDOR**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito sob o CPF nº..., RG nº..., endereço eletrônico..., telefone celular/WhatsApp... residente e domiciliado na Rua..., bairro..., CEP..., Cidade-UF, pelas razões de fato e de direito a seguir expostos:

I- PRELIMINARMENTE

O requerente da presente ação é pobre na forma legal, não podendo, portanto, arcar com as despesas do processo, sem se privar do valor necessário para sobreviver, por isso conforme consta na lei, requer a Gratuidade de Justiça, conforme prevê a Lei nº 13.105/2015, em seus artigos 98 e 99.

“**Art. 98.** A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

“**Art. 99.** O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.”

Sendo reforçado pelo art. 5º , LXXIV, da Carta Magna, vejamos:

“**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”

Assim, requer a gratuidade de justiça por não ter condições de arcar com as custas processuais, conforme documentos em anexo.

II- DOS FATOS

Descrever os fatos que motivaram a cobrança, detalhando cronologicamente cada acontecimento. Exemplo:

O Requerente firmou contrato / emitiu uma nota promissória com o réu onde será paga a quantia R\$ (valor por extenso), que apesar de vencido e de todas as cobranças extrajudiciais, ainda não foi pago. O valor da dívida devidamente atualizado corresponde ao valor de R\$... (escrever o valor por extenso) .

As partes entabularam que o pagamento deveria ocorrer no prazo de até ... dias contados do prazo que se deu o início da prestação de serviços.

Todavia, o que se verificou é que no decorrer da prestação de serviços o pagamento da mesma não foi efetuado, e mesmo sendo feitas várias tentativas de negociação amigáveis nada se mostrou frutífero, não restando qualquer outro meio de cobrança a não ser a efetuada demanda no meio Judiciário buscando solução para o presente conflito.

II- DO DIREITO

Descrever a argumentação jurídica e elencando artigos de lei, jurisprudências ou citações doutrinárias que tutelam os seus argumentos. Exemplo:

O Código de Processo Civil, em seu art. 259, I, dispõe que na ação de cobrança o valor do débito deverá ser atualizado até a data em que ocorrer a propositura da ação, in verbis:

“**Art. 259.** O valor da causa constará sempre da petição inicial e será:

I – Na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação;”

No mesmo sentido, tem sido o entendimento jurisprudencial....

Do Contrato

O contrato firmado entre as partes (doc. 01) estabeleceu que o Requerente prestou serviços de xxxxxx ao Requerido, pelo qual, acordaram que seria paga a quantia no valor de R\$... (valor por extenso).

No entanto, até o momento, passado o prazo acordado em contrato, o requerido continua inadimplente, mesmo após as inúmeras tentativas de contato, conforme a planilha em anexo o valor do débito chega a R\$... (valor por extenso).

Considerando que o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo Requerente, e que, apesar disso, o Requerido continua

inadimplente, é imperioso destacar que o contrato faz lei entre as partes, portanto, o réu deve pagar o valor da prestação de serviços que lhe foi ofertada a fim de restabelecer o equilíbrio contratual.

A doutrina e a jurisprudência são plenas e firmes ao entender que devem ser respeitados os direitos do autor e deverão ser efetuados os pagamentos correspondentes, vejamos:

(Citar jurisprudência)

Deste modo, requer o pagamento dos valores conformes foram pactuados em contrato no valor de R\$... acrescido de juros e correção legal.

Da audiência de conciliação

Conforme o disposto no CPC em seu artigo 319, VII, o autor manifesta seu interesse na realização de sessão de conciliação, tendo por objetivo buscar uma solução que for mais propícia para evitar o litígio.

“**Art. 319.** A petição inicial indicará:

(...)

VII – a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.”

Perdas e Danos

É evidente que a inadimplência da parte requerida causou danos ao autor ao não efetuar o pagamento mesmo esse tendo finalizado a prestação de serviços. O que se ver é que inúmeras foram as tentativas amigáveis para que o pagamento fosse efetuado, sendo disponibilizada até uma forma de pagamento em parcelas, contudo o requerido permaneceu inerte e não efetuou o pagamento de nenhum valor correspondente ao acordado.

O estado de inadimplência do Requerido gerou perdas e danos de toda monta ao Requerente, conforme comprovam todos os documentos anexos à exordial..., portanto, é justo que o requerido promova a reparação dos danos que foram advindos do inadimplemento, conforme a disposição dos artigos 389, 186 e 927 do Código Civil:

“**Art. 389.** Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.”

“**Art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

“**Art. 927.** Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

Requer o pagamento do valor correspondente as perdas e danos advindas do inadimplemento do requerido no valor de R\$... (valor por extenso)

III- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

a) A citação do requerido, por correio via Aviso de Recebimento para que compareça à audiência de conciliação, conforme art. 319, VII, do CPC, e seja designada e que, oportunamente, apresente a contestação no prazo legal sob pena de haver revelia e confissão;

b) A concessão da Justiça Gratuita ao Requerente, por não possuir condições de arcar com as custas referentes ao processo, sem que prejudique o seu sustento e o da sua família, conforme previsão na Lei nº 1.060/50, Lei nº 13.105/2015, artigo 98 e seguintes combinadas ao art. 5º, LXXIV, da Carta Magna, por não possuir condições de arcar com as custas referentes ao processo, sem que prejudique o seu sustento e o da sua família;

c) O que ao final seja o Requerido condenado ao pagamento da importância de R\$ (valor por extenso), valor correspondente ao débito acrescido das perdas e danos, corrigido monetariamente e acrescido de juros moratórios.

d) A condenação do requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, como, também a a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios que serão fixados com base na tabela da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil);

e) Requer provar o alegado por todos os meios cabíveis de provas, sejam elas testemunhais, documentos ou produção de prova oral de qualquer forma que entender ser possível, em especial o depoimento pessoal do requerido e a oitiva de testemunhas.

Dá-se a causa o valor de R\$... (valor em reais)

Termos em que,

Pede deferimento,

Cidade, dia, mês, ano

NOME COMPLETO DA ADVOGADA
OAB/UF nº